
ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO PRECONCEITO

Dalila França¹
Rozélia dos Anjos Oliveira Santos²
Kelyane Oliveira de Sousa³

RESUMO

Neste trabalho analisa-se as principais estratégias de enfrentamento e combate ao preconceito baseadas nas teorias da psicologia social. Para atingir esse objetivo realiza-se uma revisão da literatura sobre essa temática, na qual apresenta-se as principais abordagens teóricas idealizadas por psicólogos sociais com vistas ao enfrentamento do preconceito racial e da intolerância. Analisa-se estudos empíricos nos quais essas estratégias foram utilizadas, assim como as condições para sua eficácia. Inicia-se a análise por uma breve exposição conceitual sobre o preconceito, e em seguida discute-se as estratégias de combate ao preconceito: Hipótese do Contato; dos Objetivos Superordenados; modelos baseadas na Categorização, Colour Blind, estratégias Multicultural e do Contra Estereótipo.

Palavras chave: Preconceito. Racismo. Estratégias enfrentamento e combate

STRATEGIES TO COMBAT PREJUDICE

ABSTRACT

This paper analyzes the main strategies for coping and fighting against prejudice based on social psychology theories. In order to achieve this goal, a literature review on this subject is undertaken, which the main theoretical approaches devised by social psychologists with a view to confronting racial prejudice and intolerance is presented. Empirical studies in which these strategies were used, as well as the conditions for their effectiveness. The analysis begins with a brief conceptual exposition on prejudice, and then discusses strategies to combat prejudice: Contact Hypothesis; the Super Ordely Objectives; Categorization, Color Blind, Multicultural and Counter-Stereotype strategies.

Keywords: Prejudice. Racism. Coping and combat strategies

ESTRATEGIAS PARA COMBATIR LOS PREJUICIOS

RESUMEN

Este artículo analiza las principales estrategias para confrontar y combatir los prejuicios basados en las teorías de la psicología social. Para lograr este objetivo, se presenta una revisión de la literatura sobre este tema, que presenta los principales enfoques teóricos ideados por los psicólogos sociales con el fin de enfrentar los prejuicios raciales y la intolerancia. Se utilizaron estudios empíricos en los que se utilizaron estas estrategias, así como las condiciones para su efectividad. El análisis comienza con una breve exposición conceptual sobre los prejuicios, y luego discute estrategias para combatir los prejuicios: hipótesis de contacto; de los objetivos superiores; Estrategias de categorización, daltonismo, multicultural y contra-estereotipo.

¹ Possui Graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1996), doutorado em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2006) e Pós- doutorado na Universidade Complutense de Madrid (2011). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Sergipe.

² Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe-UFS.

³ Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil (2017); Professor Preceptor da Universidade Tiradentes, Brasil.

Palabras clave: Prejuicio. Racismo. Estrategias de afrontamiento y combate.

Situações de preconceito são corriqueiras em nossa sociedade, sendo evidenciadas em diversos espaços na mídia, redes sociais, e nas diversas instituições sociais a exemplo da escola. É preocupação constante de profissionais que lidam diretamente com pessoas que estão em interação e com políticas públicas e direitos civis. Assim, o preconceito em suas diversas formas, configura-se em um grande problema para a sociedade, de modo que investimentos em sua compreensão e combate são necessários. Considerando-se o preconceito racial, observa-se que países como a Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, Argentina, Cuba, África do Sul, EUA e Brasil adotam políticas de proteção aos negros, a exemplo de ações afirmativas, políticas de cotas raciais, reserva de vagas, ação compensatória e inclusão social (Kaley & Kelly, 2006; Moehlecke, 2002; Silva, 2008; Theodoro, 2007). Mesmo a declaração universal dos direitos humanos convencionou que todas as pessoas são iguais a despeito de raça, religião, nacionalidade, gênero, recursos econômicos, orientação sexual e política, além do direito à liberdade e a não discriminação (Brabo & Costa, 2010; Silva 2010). Essas legislações têm o propósito de realizar a necessária proteção e integração do negro em particular, e dos grupos discriminados de maneira ampla, e garantir-lhes um tratamento respeitoso, direito a vida, e a liberdade.

É notório que o preconceito pode causar prejuízo tanto nível individual quanto grupal, além de trazer situações negativas, cria problemas de aceitação, privando pessoas de seus direitos e impedindo-as, por razões injustificadas, de exercerem seu pleno direito à igualdade de oportunidade (Aboud, 1988; Clark, Clark, 1947; França, Monteiro, 2002). Por essas razões, dentro da psicologia social, diversas teorias foram propostas com vistas a compreensão e análise desse fenômeno em âmbito mundial.

No Brasil, a associação de fatores como o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento, e o contato inter-racial (ver Fernandes, 2008), fez surgir um tipo particular de relação racial pautada na negação do preconceito (Lima & Vala, 2004; Lima, 2013). A negação do preconceito leva a sociedade a silenciar diante desse fenômeno por vezes se recusando a perceber suas evidências (Camino, Silva, Machado, Pereira, 2001). No entanto, dados estatísticos mostram as desvantagens sociais impostas a população negra, como foi demonstrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/ 2018), que registra altos índices de desigualdade social e econômica relacionado à cor da pele, ao nível da moradia, emprego, renda, nível educacional entre outros.

Mesmo nas instituições sociais nas quais as relações sociais são mais próximas, observa-se o fenômeno da negação do preconceito e o silêncio no que tange a temas como raça e cor da pele (ver Cavalleiro, 2005; Silva, Dias, 2013). Entretanto, com vista a produzir informações e discussões de questões como diferenças culturais, grupais, preconceitos e raça, no Brasil, desde 2003, foi instituído a inserção nos currículos escolares das temáticas transversais relativas a história da cultura africana e indígena (MEC, 2004). A Lei 10.639/2003 vem como pano de fundo da tentativa de enfrentar questões relacionadas a intolerância através da exposição frequente das crianças a cultura, costumes e hábitos dos diferentes grupos sociais (Santos, Pinto, & Chirinéa, 2018).

O interesse no enfrentamento à intolerância e ao preconceito racial já são pautas de pesquisas na Psicologia Social desde o início dos estudos do fenômeno nessa disciplina. Nesse trabalho analisamos as principais estratégias de enfrentamento e redução do preconceito racial estudados pela Psicologia Social por autores como Allport, Sherif, Brewer, Gaertner e Dovidio, e outras que integram as ideias de vários estudiosos como as abordagens Multicultural e do Contra Estereótipo. Esse estudo se justifica por três motivos: O primeiro refere-se à carência de pesquisas que reúnam num mesmo estudo, análises sobre as diversas formas de estratégias para a redução de preconceito; segundo, trazer ao conhecimento de educadores uma compilação de técnicas úteis que podem ser usadas como ferramenta para uso em sala de aula; e em terceiro lugar, analisar a eficácia dessas estratégias, que é preocupação dos autores e proponentes.

Para atingirmos esse objetivo realizaremos uma revisão da literatura sobre essa temática, na qual apresentaremos as principais abordagens teóricas pensadas por psicólogos sociais com vistas ao enfrentamento do preconceito racial e da intolerância. Demonstraremos ainda estudos empíricos nos quais essas estratégias foram utilizadas analisando as condições para sua eficácia. Contudo, iniciaremos nossa análise apresentando uma breve exposição conceitual sobre o preconceito.

PRECONCEITO RACIAL: CONCEITOS ASSOCIADOS

Nas últimas décadas a psicologia social vem estudando o preconceito, e análises de sua definição e conteúdos tem sido apresentada a comunidade científica (ver Duckitt, 1992). Nas análises e teorizações sobre o preconceito, sobretudo o racial, sobressaem-se outros construtos como racismo, discriminação e estereótipos quase que automaticamente. Nos debruçaremos brevemente sobre cada construto e sua definição, a fim de delimitá-los em suas futuras aparições no decorrer da análise sobre as estratégias de preconceito.

Sobre o preconceito nos apontaremos na definição de Jones (1972) que o especifica para o contexto dos grupos racializados, que é foco de nossa análise: o preconceito racial é um julgamento prévio negativo sobre os membros de uma raça, religião ou grupo social relevante, que se mantém mesmo que a observação dos fatos não o confirme. Destaca-se nessa definição, o preconceito como uma atitude composta por aspectos afetivos (afeto negativo), cognitivos (manutenção da crenças) e volitivos (julgamento prévio) (Lima, 2013).

O preconceito relativo a um grupo, em função de suas características genéticas, fenotípicas e imutáveis é o preconceito racial ou racismo. Entretanto, para Lima e Vala (2004) “o racismo é um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é resignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento” (Lima e Vala, 2004; p.402).

Para Lima e Vala (2004) o racismo vai além de uma atitude, um preconceito, visto que envolve um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social. Ou seja, é pensado antes, e ao invés de ser baseado na formação de uma concepção prévia, anterior ao conhecimento do outro, é baseada nas concepções sociais que se tem sobre esse outro. Dito de outra forma, os indivíduos fazem as suas avaliações e julgamentos sobre os outros baseados em padrões e referências ou normas sociais existentes, e quando em uma situação coletiva é o pertencimento grupal (seja racial, étnico, ou de gênero) que fornecerá essas referências ou normas (Lima, Machado, Lima & Vala, 2006). Assim, o racismo fundamenta-se na crença em uma diferença natural entre os grupos, ou seja os grupos são essencialmente diferentes; e ainda, o racismo existe em nível individual, institucional e cultural, levando a discriminação e exclusão social, enquanto o preconceito pode permanecer em nível de atitude, ou seja, de uma tendência a ação (Ver Jones, 1972; Lima & Vala, 2004 para uma revisão).

Já discriminação acontece quando o preconceito sai do nível das crenças e passa para o nível da ação. Ou seja, é o impedimento da aquisição ou exercício de um direito social a um indivíduo tomando-se como critério de exclusão sua pertença grupal, social, econômica, cultural, religiosa, racial, de gênero, entre outros grupos aos quais o indivíduo pertença. Assim, para Allport (1954) a discriminação é um comportamento baseado na depreciação, hostilidade e impedimento de que determinados indivíduos ou grupos gozem dos seus direitos sociais, apenas pelo fato de possuírem certas características (consideradas desagradáveis) ou por serem membros dos referidos grupos.

A discriminação é então a expressão do preconceito. O racismo em si já envolve a discriminação pela exclusão social, institucional e econômica que impõe aos grupos ditos minoritários. Entretanto, sua expressão pode ocorrer de forma encoberta sutil e não de forma tão direta e clara, como ocorria na época da *Ku Klux Klan* nos Estados Unidos do Nazismo na Alemanha, do Apartheid na África do Sul (Billig, 2001; Soares, 2000, Vala, Brito & Lopes, 1999).

O preconceito, racismo, e discriminação se alimentam dos estereótipos para se perpetuarem. Os estereótipos são atributos associados aos grupos, que os definem, qualificam e homogeneizam. São descritos geralmente em termos de características pré-estabelecidas e superficiais, como por exemplo; homens são fortes e inteligentes; mulheres são frágeis e amáveis (Pereira, Modesto & Matos, 2012). São baseados em crenças sobre os grupos e condicionam nossas percepções, interpretações e impressões sobre os membros desses grupos (Oakes, Haslam & Turner, 1994).

Pereira (2008) assim define esse construto:

Os estereótipos são crenças socialmente compartilhadas a respeito dos membros de uma categoria social, que se referem a suposições sobre a homogeneidade grupal e aos padrões comuns de comportamento dos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social. Sustentam-se em teorias implícitas sobre os fatores que determinam os padrões de conduta dos indivíduos, cuja expressão mais evidente encontra-se na aplicação de julgamentos categóricos, que usualmente se fundamentam em suposições sobre a existência de essências ou traços psicológicos intercambiáveis entre os membros de uma mesma categoria social (PEREIRA, 2008).

A definição apresentada por Pereira (2008) destaca que na base dos estereótipos estão as crenças e as categorizações sociais. Em concordância com essa posição, Lima e Vala (2004) afirmam que o processo de categorização tem como consequência os estereótipos. Assim, para esses autores quando pensamos nos membros de determinados grupos, nos vem à mente quase que automaticamente uma ideia ou crença que é compartilhada socialmente sobre aquele grupo (p.e., homem= forte, mulher= frágil). Outro aspecto destacado pelos autores é que os estereótipos possuem uma função de economia psíquica, ou de simplificação da realidade, ao se deparar com um membro de uma categoria emergem as concepções sociais sobre aquela categoria (ver Pereira, Modesto & Matos, 2012 para uma revisão).

Através da análise feita, pudemos observar que o preconceito é compreendido como uma articulação entre estereótipos associados ao sentimento de rejeição, resultando em comportamentos discriminatórios, e que investigações e intervenções sobre esse fenômeno requerem o debruçar não apenas sobre as normas, crenças e atitudes preconceituosas, mas sobretudo, nos arranjos sociais, econômicos e políticos que produzem essas mesmas crenças e

normas (Lima, 2013). Nessa perspectiva, passaremos a apresentar as estratégias de combate ao preconceito desenvolvidas a partir de teorias da Psicologia Social desde os estudos iniciais de Allport (1954) até as propostas mais recentes. É importante salientar, entretanto, que nem todas as teorias apresentadas se ampararam em concepção explicativas do preconceito como influenciado pelas normas sociais.

ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO PRECONCEITO

O que fazer então frente a intolerância e ao preconceito? Esta questão foi posta por diversos investigadores que se voltaram ao estudo do enfrentamento do fenômeno do preconceito buscando formas de ação. No Brasil algumas obras foram publicadas com reflexões e propostas de respostas a esta questão, como a obra que Munanga (2005) “Superando o racismo na escola”, que reúne pesquisas de investigadores e militantes que comungam da ideia de que a escola é difusora de preconceitos, mas que ao mesmo tempo tem um papel central no seu combate. Também no livro “Valores, preconceito e práticas educativas”, Silva e Libório (2005) dedicam a unidade dois deste livro, que é composta de quatro capítulos, a mostrar algumas práticas interventivas efetivas realizadas com o propósito de enfrentamento ao preconceito. Dentre esses capítulos, o de Souza (2005), “Trabalhando com o preconceito e a discriminação na sala de aula”, evidencia como a adesão de uma escola a estratégias de enfrentamento do preconceito podem ser mobilizadoras e efetivas na mudança de identidades e superação da intolerância.

Este tema é de interesse amplo. Se consultamos os termos “Combate ao preconceito na escola” no site do *Google* em páginas brasileiras, obtemos oito milhões e trezentos mil resultados entre pesquisas, reflexões, discussões, aconselhamentos, notícias, comentários, *blogs* e páginas de grupos interessados no tema. Os mesmos termos no site *Google Acadêmico* revelam setenta e oito mil e duzentos resultados entre artigos e livros. Já nas páginas dos periódicos da CAPES, com os mesmos termos obtivemos quatrocentos e cinquenta resultados (levantamento feito em 09 de outubro de 2019 as 15:00 horas).

Contudo, nem sempre esses estudos seguem uma linha teórica de raciocínio ou abordagem, alguns podem-se dizer até intuitivos. Isso não implica que essas iniciativas não são cientificamente válidas, pois suas descrições são ricas em detalhes metodológicos e avaliativos de sua efetividade. Sobretudo nos estudos brasileiros referidos, há uma preocupação dos editores em trazer informações, reflexões e práticas sobre o fenômeno do preconceito, por acreditarem que a desinformação e a falta de debate sobre o assunto repercutem na sua disseminação e negação. Mas na história do estudo do preconceito, especialmente no âmbito da psicologia social, verifica-se que os estudiosos se preocuparam com a questão: o que fazer?

Entretanto, essa mesma literatura mostra que ao menos em nível internacional, esses estudos não tem se convertido em práticas (Cameron, Rutland e Brown, 2005). Assim, trazemos aqui uma compilação das principais teorias que propuseram estratégias de combate ao preconceito, com o objetivo tanto de trazer informações sobre o tema aos interessado no assunto, quanto de demonstrar o que se tem feito na psicologia social a esse respeito. Nos referimos ao termo combate ao preconceito e não combate ao racismo, pois alguns dos estudos que apresentaremos foram realizados para o enfrentamento não apenas do racismo mas de qualquer forma de preconceito.

HIPÓTESE DO CONTATO DE ALLPORT (1954)

Uma das primeiras ideias de redução do preconceito veio através da hipótese do contato, proposta por Allport em sua obra “A natureza do preconceito”. A hipótese do contato fundamenta-se na concepção de que o preconceito se origina no processo de categorização e que a hostilidade intergrupar é socialmente aprendida. Afirma-se que o ser humano rejeita aquilo que desconhece, sendo a discriminação uma consequência da falta de conhecimento dos outros grupos. A premissa básica é a de que o contato pode fomentar experiências mútuas de conhecimento dos grupos em contexto intergrupar, aumentando a percepção das semelhanças entre membros de grupos diferentes. A percepção das semelhanças gera, por sua vez, a atração entre eles, visto que a segregação leva a quebra da comunicação e a possibilidade de aumentar a desconfiança mutua e a hostilidade (Rutland, Cameron, Bennett & Ferrell, 2005).

Entretanto, Allport afirma que não basta colocar grupos diferentes juntos para que o contato entre eles se opere de forma positiva na redução do preconceito e intolerância. Este autor apresenta três condições necessárias para que o contato intergrupar leve a percepção de semelhança entre membros de grupos diferentes e reduza o preconceito. São elas: a paridade de status social entre os grupos; a comunhão de objetivos a atingir; e a existência de apoio institucional. Considerando a paridade de estatuto, a teoria afirma que, a semelhança de poder social, prestígio e recursos entre os grupos, facilita a atração interpessoal e reduz preconceitos mútuos (Monteiro, 2006). Teoricamente evidencia-se igualmente que a atração está associada a percepção da existência de objetivos desejáveis por ambos os grupos, se o contato se traduz numa tarefa de cooperação com vista a atingir esses objetivos, haverá cooperação e redução do preconceito (Allport, 1954). O último aspecto evidenciado por Alport refere-se a presença no ambiente social de normatizações relativas a relação entre os grupos que coíbam a intolerância, e prezem pelo respeito aos direitos individuais, políticas sociais e institucionais são exemplos do que Allport chama de apoio institucional.

Assim, a hipótese do contato pressupõe que considerando-se as três condições apresentadas, se as pessoas de grupos diferentes passarem a estabelecer um maior número de contato entre si, o preconceito irá diminuir substancialmente. Pettigrew e Topp (2000, 2006, 2008) analisaram pesquisas que utilizaram a teoria do contato como forma de intervenção sobre redução do preconceito, através da análise de quinhentas e quinze pesquisas sobre o tema, realizadas em diferentes contextos e com aplicabilidade em uma grande variedade de configurações grupais (grupos étnicos, homossexuais, os deficientes e doentes mentais). Os autores observaram que a hipótese do contato tem se estabelecido firmemente em sua tese básica de que o contato intergrupai diminui o preconceito intergrupai (Pettigrew & Tropp, 2006). Os autores analisaram os processos subjacentes ao contato, ou seja, como o contato diminuir o preconceito? E observaram que a redução do preconceito está baseada em três aspectos possibilitados pelo contato intergrupai: 1) aumento do conhecimento entre os grupos, (2) redução da ansiedade com o contato intergrupai, e (3) aumentar da empatia e da percepção da perspectiva do outro grupo.

Esses achados levaram Pettigrew, Tropp, Wagner e Christ (2011) a ampliar a compreensão das condições do contato para além daquelas propostas inicialmente por Allport (1954), que embora necessárias não são suficientes. Para se atingir o objetivo de redução do preconceito, os principais mediadores são de natureza afetiva: a baixa ansiedade e a alta empatia. Esses mediadores são também responsáveis pela possibilidade dos efeitos do contato se generalizarem para outros indivíduos desconhecidos do outro grupo. Já Tropp, Mazziotta e White (2018) observaram que a ansiedade que pode emergir nas situações de contato intergrupai mencionada pelo grupo maioritário é ser percebido como preconceituoso pelo outro grupo; enquanto membros do grupo minoritário mencionam ficar ansiosos com a possibilidade de serem alvos de preconceito. Assim, controlando o estado de ansiedade dos grupos, a interação intergrupai voluntária em situação não ameaçadora fortalece a possibilidade do contato e favorece a redução do preconceito.

HIPÓTESE DA COOPERAÇÃO E DOS OBJETIVOS SUPERORDENADOS DE SHERIF E SHERIF (1967)

Allport (1954) já referia que o contato é mais efetivo em condições de cooperação. Essa ideia foi desenvolvida por Sherif et al (1967) em sua Teoria do Conflito Realístico, a qual defende que comportamentos discriminatórios são resultados de situações de conflitos entre os grupos que competem por recursos escassos. Este autor, afirmava que a hostilidade intergrupai era consequência de situações das quais os objetivos perseguidos pelos indivíduos em grupo eram bloqueados, ou porque são divergentes dos objetivos do outro grupo, ou porque os

recursos para atingi-los são escassos. Entretanto, se os objetivos dos grupos convergem e os recursos são abundantes sucederá a cooperação intergrupala.

Dessa maneira, Sherif (1958) põem em relevo a importância dos objetivos dos grupos nas situações intergrupais. E observa que nas relações que os grupos estabelecem uns com os outros, os comportamentos dos seus membros tendem a ser regulados pela compatibilidade, real ou imaginada, dos objetivos dos grupos que para serem alcançados necessitam relacionar-se uns com os outros.

Para testar sua hipótese, Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif (1961) empreenderam diversos estudos longitudinais. O mais conhecido é o que foi denominado de Caverna dos ladrões. Esse experimento foi conduzido com adolescentes em um acampamento de férias (Sherif, 1958). O experimento foi realizado em três fases. Na primeira fase os pesquisadores estimularam a interação entre os jovens, e observaram como se dava a formação dos grupos entre ele. Em seguida, na segunda fase, os experimentadores introduziram atividades competitivas, como premiações por desempenho. Essa situação levou ao desenvolvimento de conflitos entre os grupos. Na última fase do experimento, Sherif e cols. (1961) introduziram atividades visando a redução do conflito: o contato entre membros dos dois grupos em atividades não competitiva; estímulo a cooperação e a comunicação entre os membros; e a proximidade física em situações que a manifestação da hostilidade fosse antinormativa. Entretanto, essas atividades não tiveram o efeito esperado, pois observava-se que fora dessa atividades os jovens mantinham conflitos em relação ao outro grupo.

Para além do estímulo a tarefas cooperativas, os autores estimularam a redução dos conflitos mediante a atividades de interesse comum para ambos os grupos. Essas atividades de cooperação e comunicação se deu a partir da introdução dos objetivos superordenados. Os objetivos superordenados são definidos como objetivos considerados muito importante para os grupos, entretanto, são impossíveis de serem alcançados pelos indivíduos isoladamente (Monteiro, 1996). A introdução desses objetivos superordenados, favorece o interesse recíproco entre os grupos em cooperar para o alcance de um objetivo almejado por todos.

Sendo assim, a introdução de objetivos superordenados na situação de conflito intergrupala se mostrou eficaz na redução de conflitos. Adicionalmente, Sherif (1956) afirmou que o caminho para a redução de conflitos envolve a construção de objetivos superiores e reais, porém atraente para os dois grupos.

Diferente da hipótese do contato, a hipótese dos objetivos superordenados não parecem ter despertado o interesse para uma aplicabilidade prática. Talvez o formato de pesquisa de laboratório tenha dificultado sua tradução para situações reais. Em consulta no *site Google*

Acadêmico, em páginas de língua inglesa, utilizando-se os termos: "*interventions based on superordinate goals*" não retornaram resultados, o mesmo ocorreu em consulta aos periódicos da CAPES. Entretanto, mudando os termos para "*testing superordinate goal in prejudice reduction*" retornou noventa textos, entre livros e artigos de revisões da literatura e pesquisas empíricas nas quais apenas os termos "*prejudice reduction*" tiveram destaque. Dentre esses encontramos uma dissertação de Hunter (1973) intitulada: *An empirical test of superordinate goal as mean of reducing intergroup conflict in a bargain situation*, entretanto, o conflito analisado é de nível organizacional.

HIPÓTESES BASEADAS NA CATEGORIZAÇÃO: MODELOS DA DESCATEGORIZAÇÃO (BREWER & MILLER, 1984); DA RECATEGORIZAÇÃO (GAERTNER AT AL., 1989; 1993); E DA DUPLA IDENTIDADE (GAERTNER ET AL., 1993; GAERTNER & DOVIDIO, 2000).

Um aspecto que se destaca nas abordagens de enfrentamento do preconceito intergrupar nas abordagens baseadas nos processos de categorização é a integração de teorias que analisam os mecanismos cognitivos através dos quais o contato cooperativo pode funcionar para a redução do preconceito. Estas abordagens partem do princípio de que modificando-se as representações cognitivas dos grupos em contexto intergrupar, seriam eliminados vieses negativos que favorecem a produção de preconceito (Rebelo, 2006).

Começaremos nossa análise pelo modelo da Decategorização de Brewer *et all.* (1984). Esse modelo propõe que para a redução do viés intergrupar, as representações dos grupos tem que se distanciar daquelas da categorização social, entendida como a imagem dos grupos construída pela sociedade ao longo do processo histórico. Como vimos nas discussões sobre estereótipos essas imagens ou representações são parciais, superficiais e homogeneizantes. A teoria da decategorização propõem em contrapartida, que o contato entre os grupos se dê com base em interações diferenciadas e personalizadas, ou seja, interações que promovam orientação interpessoal entre os participantes mais do que baseadas nas pertenças grupais, os membros tem que ser vistos como indivíduos e não como categorias.

Os autores operacionalizam sua proposta através da proposição de quebra das fronteiras dos grupos. Essa quebra seria produzida pela provisão de informações personalizadas e relevantes, de natureza idiossincráticas. Essas informações podem resultar em desconfirmção de estereótipos preexistentes. Pois a utilização frequente de informações personalizadas pode contribuir para a formação de impressões mais individualizantes e reduzir a utilidade de impressões de base categorial (Rebelo, 2006).

Os autores afirmam que há probabilidade das experiências de contato assim baseadas, se generalizarem para outras situações, pois as avaliações dos membros do exogrupo tornam-

se mais próximas e menos negativas daquelas dos membros do endogrupo, que tornam-se menos positivas. Ou seja, ocorre uma aproximação entre essas avaliações, reduzindo assim os efeitos da categorização (Brown, Vivian & Hewstone, 1999).

Já o modelo da Recategorização, que é também conhecido como modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner *at al.*, 1989; 1993), baseia-se na reestruturação das fronteiras grupais. Nesse modelo, membros do endo e do exogrupo seriam levados a se perceberem como partes integrantes de um mesmo grupo, através do processo que Gaertner e cols (1993) denominam de recategorização. A recategorização consiste em tornar as pessoas conscientes de que os membros do exogrupo são também membros do próprio grupo em alguma dimensão comum, ou por reestruturar a categorização em um nível mais elevado de inclusão, entretanto reduzindo a saliência do endogrupo original (Gaertner & Dovidio, 2005).

Para os autores a recategorização reduziria eficazmente o enviesamento intergrupais decorrente de uma categorização prévia (Gaertner *at al.*, 1993; Rebelo, 2006). Desta forma, o preconceito e a discriminação intergrupais podem ser reduzidos através da manipulação da representação cognitiva da pertença dos membros de dois grupos distintos. A alteração na representação cognitiva pode ser afetada por diferentes fatores do contexto intergrupais que podem produzir interdependências cognitivas, afetivas, perceptivas, de linguagem etc., podendo atuar em conjunto ou separadamente trazendo consequências em nível cognitivo, afetivo e comportamental (Gaertner & Dovidio, 2005).

A representação em um único grupo comum, possibilitaria uma avaliação mais positiva do exogrupo original sem negar a própria identidade original. Isso possibilitaria a generalização da identidade endogrupal comum para os demais membros do exogrupo. (Gaertner *at al.*, 1993). Uma estratégia de recategorização envolve mudar concepções de percepção de grupos distintos para um único grupo mais inclusivo, ou para subgrupos dentro de um grupo superordenado mais inclusivo (Gaertner & Dovidio, 2005).

Os autores referem que essa estratégia é semelhante a noção de “ciclos de inclusão” de Allport (1954), na qual o endogrupo de uma pessoa pode variar hierarquicamente e inclusivamente (p.e., da família para a vizinhança, para a cidade, para a nação, para o continente, para o planeta, para a espécie humana). Assim, os autores propõe que a identidade intergrupais comum pode ser produzida por aumentar a saliência de pertencas comuns preexistentes (ex., escola, corporação, nação, etc.) ou pela introdução de fatores percebidos como desejados pelos membros (ex., destino ou objetivos comuns) (Gaertner & Dovidio, 2005).

Uma derivação do modelo da identidade intergrupais comum refere-se ao modelo da Dupla Identidade proposto pelos mesmos autores (Gaertner *et al.*, 1993; Gaertner & Dovidio,

2000). Quando ocorre pertencimento a dois grupos simultaneamente, temos o que Gaertner e Dovidio (1993) denominaram de Dupla identidade. Esses autores referem que a observação de subgrupos dentro dos grupos é possível, e um indivíduo pode conceber-se como pertencente a dois grupos distintos dentro de um contexto de identidade comum (ex., cidadão de um cidade dentro de um estado; pais e crianças dentro de uma família). Entretanto, em condições nas quais subgrupos de identidade são reconhecidas e valorizadas e positivamente ligadas a identidade grupal superordenada, a identidade dual é efetiva para reduzir o viés intergrupal e manter relações harmoniosas entre os grupos (Gaertner & Dovidio, 2005). Rebelo (2006) afirma sobre a dupla identidade que os estudos tem demonstrado a eficácia da representação cognitiva de dupla identidade, especialmente quando os grupos possuem diferentes estatutos, quer induzidos quer reais (étnicos por exemplo) e, quando o contato cooperativo é planejado com base em tarefas distintas mas interdependentes, ou seja, complementares, na concretização de objetivos e/ou destinos comuns aos grupos.

A eficácia desses três modelos foi verificada experimentalmente em dois estudos realizados por Gonzalez e Brown (2006), do qual trazemos aqui a descrição do primeiro estudo como exemplo da aplicação dessas teorias. Assim, Gonzalez e Brown (2006) testaram empiricamente os modelos da categorização (descategorização, recategorização e dupla identidade). A experiência começou com a realização de um teste que supostamente mediu os estilos individuais de resolução de problemas dos participantes. Com base no resultado do teste, os indivíduos foram categorizados em estilo Analítico ou Sintético e designados para grupos. Em seguida os participantes, foram divididos em grupo minoritário (dois participantes no grupo) ou majoritário (quatro participantes no grupo). Foi dito aos participantes que as proporções de Analíticos e Sintéticos em suas sessões eram quase as mesmas que as proporções na população em geral (20 e 80%). E ainda que pessoas com estilo Analítico e Sintético resolvem problemas de forma diferente. Os analíticos decompõe o problema em partes para resolvê-lo, enquanto os sintéticos obtém uma visão geral do problema e, em seguida, aplicam estratégias para resolvê-lo. Entretanto, ambos os estilos são eficientes na resolução de problemas (Informação que iguala o status dos grupos). Em seguida, os experimentadores diziam que a experiência testaria quão bem grupos de pessoas com diferentes estilos podem resolver problemas, e davam crachás com o nome do estilo de cada participante que eram usados nas sessões. Cada subgrupo trabalhou de forma privada e independente numa tarefa de resolução de problemas, mas que na verdade tinha o objetivo de fortalecer a coesão e identificação de grupo, que foi avaliada, sendo excluídos da experiência os participantes com fraca identificação.

Em seguida uma situação de contato positiva foi criada solicitando aos dois subgrupos para trabalharem juntos em uma tarefa cooperativa. Para a realização dessa tarefa os participantes foram designados aleatoriamente para uma de três condições de categorização (Gonzalez & Brown, 2006):

1) Na condição de Descategorização os participantes trabalhavam individualmente, de modo que nenhum membro do grupo fosse destacado. Informou-se aos participantes que o experimento avalia quão bem as pessoas trabalham individualmente em uma tarefa. Os participantes foram dispostos em cadeiras marcadas com o primeiro nome deles e cada pessoa recebeu uma camiseta de uma cor diferente para vestir e um crachá com o próprio nome. Os participantes trabalharam individualmente para selecionar e classificar sete características que melhor descrevem um líder ideal.

2) Na condição de Recategorização, os indivíduos trabalhavam em um único grupo de modo que apenas uma única identidade de grupo comum a todos fosse destacada. Informou-se aos participantes que o experimento avalia quão bem grupos de estudantes poderiam executar uma tarefa. Pediu-se aos participantes para remover seus crachás de identidade de subgrupo, e todos receberam uma camiseta azul com o símbolo da universidade para vestir. Os participantes foram dispostos ao redor de uma mesa, em assentos sem ordem específica. Todo o grupo teve que trabalhar junto para selecionar e classificar sete características que melhor descrevem um líder ideal.

3) Na condição de Dupla Identidade, estimulou-se que as duas identidades dos subgrupos fossem destacadas simultaneamente. Informou-se aos participantes que o experimento avalia quão bem estudantes Sintéticos e Analíticos poderiam executar uma tarefa. Todos receberam camisetas que exibiam um símbolo da Universidade, mas os Analíticos receberam camisas verdes e Sintéticos receberam camisas azuis. Fotografias foram tiradas em três situações: os Analíticos juntos, os Sintéticos juntos, ambos os grupos juntos segurando um cartaz com o nome do próprio subgrupo e um do símbolo da universidade. Os cartazes foram pendurados na parede da sala, com o da Universidade no meio e os dos subgrupo de cada lado. Os dois grupos sentaram-se em volta de uma mesa, próximo ao cartaz e aos membros do seu respectivo subgrupo. Cada subgrupo trabalhou para descrever as características de um líder ideal, entretanto os Analíticos selecionaram e

classificaram os traços cognitivos, enquanto os Sintéticos trabalharam nas características sócio emocionais.

Após as sessões de categorização, o preconceito foi avaliado por meio da distribuição simbólicas de recompensa a pessoas com quem os participantes mantiveram ou não contato. Nessa fase não foram feitas referências aos subgrupos Analíticos ou Sintéticos. Os resultados da checagem da manipulação indicou que a indução dos modelos de Descategorização, Recategorização e de Dupla identidade foram eficientes, assim como, do status de minoritário e majoritário, da identificação com os subgrupo e positividade do contato. Mais importante foi que todos os três modelos de categorização investigados foram bem-sucedidas em limitar o preconceito durante a situação de contato (Gonzalez & Brown,2006).

ABORDAGEM COLOUR BLIND

Uma outra abordagem derivada do processo de categorização, entretanto, “as avessas”, é a abordagem *Colour Blind*. Dizemos “às avessas” porque esta abordagem nega o processo de categorização, diferente das teorias anteriores que defendem categorizações em nível superordenado como a da recategorização, ou agregação de várias categorias como a dupla identidade. Esta consiste na não consideração das pertenças grupais dos indivíduos, sobretudo, aquelas relacionadas a raça e a etnia (Lewis, 2004). Essa abordagem defende que não devemos falar em raça, que devemos ser cegos a cor, falar em raça não é importante e pode perpetuar o racismo (Bonilla-Silva, 2014; Lewis, 2004).

Esta abordagem de origem norte-americana, vem como proposta para redução de preconceito. Como estratégia de redução do preconceito, a abordagem *colour blind* busca valorizar a pessoa independente do seu grupo. Pois a ênfase na pertença grupal impede a formação impressões da pessoa enquanto indivíduo, ou julgamentos com base em seu caráter. Segundo a teoria, se o indivíduo for estimulado a concentrar-se nos aspectos individuais mais do que nas categorias sociais, mudando a percepção das relações entre o próprio grupo e outros grupos, ou alterando o padrão de comparação entre os grupos pode ocorrer a redução do preconceito (Cameron, Rutland & Brown, 2005).

Em estudo realizado por Cameron et al, (2005), verificando a redução do preconceito contra refugiados e pessoas deficientes na Inglaterra, a abordagem *colour blind* foi operacionalizada através da leitura de histórias, e comparada a outras estratégias de combate ao preconceito. As crianças liam histórias em cujo conteúdo não havia ênfase para os grupos de pertença das personagens, mas forte destaque às qualidades individuais das personagens da história. A abordagem se mostrou mais eficiente comparada ao grupo controle (nenhuma estratégia foi usada). Mas menos eficiente do que outras técnicas usadas no mesmo estudo.

A técnica do *colour blind* possui algumas limitações pois ela se assemelha ao silêncio sobre o racismo, criticado por muitos autores brasileiros (Cavalleiro, 2005; Silva e Dias, 2013) e estrangeiros (Hugles, Smith, Stevenson, Rodriguez, Johnson & Spicer, 2006). Estes últimos observam analisando as respostas de pais a discriminação racial sofrida pelos filhos, que aqueles pais que aconselham os filhos a não se envolverem em debates sobre raça, ignorar a discriminação sofrida, apresentando discurso que enfatizam o silêncio sobre a etnia e sobre igualdade entre os grupos raciais, os filhos apresentaram baixa autoestima global e acadêmica. Por outro lado, crianças incentivadas a responder proativamente a situações raciais (envolver as pessoas, afirmar-se, ou obter ajuda de um adulto) eram menos propensas a envolver-se em atritos verbais (Hugles et al, 2006).

Em nível mais político e ideológico o *colour blind* é criticado por Bonilla-Silva (2014) e Douglas, Sáenz e Murga (2015) por tangenciar os impactos das relações racializadas na realidade social desigual da estrutura social norte americana. Para os autores o *colour blind* é uma ideologia racista, que permite que as pessoas expliquem as desigualdades raciais através do uso de fatores não raciais, ou seja, "racismo sem racistas" (Bonilla-Silva, 2014). E funciona com base em quatro formas de manipular explicações sobre as desigualdades raciais. São elas o liberalismo abstrato, que explica a desigualdade racial e os privilégio dos branco através do mito da meritocracia ou em nome da igualdade de direitos; a naturalização, que explica questões raciais como consequência de tendências inatas do grupo em vez de produzida pela estrutura social racista; o racismo cultural, que considera as desigualdades entre negros e brancos como produzida pela à falta de moral, valores, esforços ou patologias das comunidades de cor; e a minimização do racismo, que afirmar que atos discriminatórios não afetam mais a vida e as chances das pessoas de cor, pois as desigualdades raciais não são como eram antes (ver Bonilla-Silva, 2014 para uma revisão).

HIPÓTESE DO MULTICULTURALISMO

A hipótese multiculturalismo propõe que a adoção da diversidade cultural leva os indivíduos a níveis mais elevados de identificação com exogrupos étnicos (Gonzales *et al.*, 2008). Para defender o modelo de dupla identidade, Gaertner e Dovidio (2005) se reportam a hipótese do multiculturalismo, afirmando que o indivíduo pode manter uma identidade positiva enquanto simultaneamente participa e identifica-se como uma entidade mais ampla composta por muitas outras raças e outros grupos. Essa possibilita o desenvolvimento de uma identidade multicultural, que contribui para o ajustamento social, adaptação e bem estar geral de membros de grupos minoritários.

Pode se dizer ainda que a hipótese do multiculturalismo foi desenvolvida com base na afirmação da política de liberdade fundamentada na própria identidade do indivíduo. Isso significa que quando as pessoas estão seguras da sua própria identidade tendem a acolher mais facilmente as diferenças entre as pessoas. O contrário se verifica entre as pessoas que se sentem ameaçadas, que desenvolvem o preconceito e a discriminação. Assim, um dos principais objetivos da hipótese do multiculturalismo, é melhorar as relações interculturais, onde todos os grupos e os indivíduos tem lugar, tanto dentro do seu próprio ambiente quanto na sociedade (Berry *et al*, 1977).

Para Berry (2006), um dos principais proponentes dessa hipótese, as políticas multiculturais tentam criar um sentimento de confiança entre todos os que vivem em uma sociedade plural. Outros autores defendem a importância de fatores ideológicos que podem aumentar a sensibilidade às circunstâncias situacionais, sendo a adesão a ideologia multicultural um deles (Esses, Jackson, Dovidio, & Hodson, 2005). Além disso considera-se que a diversidade cultural é boa para a sociedade, esta é ainda considerada um aspecto ideológico-chave no contexto da imigração e das culturas minoritárias (Verkuyten, 2006).

Verkuyten (2005) analisando as relações entre imigrantes e holandeses verificou que os holandeses que defendiam a ideologia multicultural avaliavam mais positivamente exogrupos muçumanos do que aqueles que não aderiam a essa ideologia. Já Cameron *et al*. (2005) em seu estudo que investigou o preconceito contra refugiados e deficientes em crianças inglesas, verificou que a abordagem multicultural foi a mais eficiente na redução do preconceito entre as estratégias analisadas pelos autores (multicultural, *colour blind*, contra estereótipo, e dupla-identidade).

Assim a hipótese do multiculturalismo celebra a diversidade cultural e incentiva a aceitação diferenças culturais pela difusão do conhecimento sobre as diferentes culturas e grupos, suas similaridades e diferenças. Intervenções baseadas nesta hipótese chamam a atenção para as diferenças entre os grupos, percebendo essas diferenças como positivas e enriquecedoras das relações ao invés de negativas.

HIPÓTESE DO CONTRA ESTEREÓTIPO

Estudos sobre estereótipos evidenciam que os estereótipos podem ser reduzidos pela disponibilidade de informações incongruentes com o estereótipo do grupo (Gocłowska, Crisp & Labuchagne, 2013). Apoiada nesses achados a abordagem do contra estereótipo para a redução de preconceito tem por base a manipulação dos estereótipos do grupo. Assim, altera-se o estereótipo do grupo em vez de alterar percepções sobre o grupo dominante. Ou seja, leva-se as pessoas a pensar em contra- estereótipos como mulheres realizando ocupações

tradicionalmente masculinas, pessoas pertencentes a minorias étnicas em ocupações de status elevados (Cameron, Rutland & Brown, 2005).

Os defensores dessa abordagem defendem que os estereótipos limitam a capacidade de pensar de forma flexível, levando a discriminação. Ao contrário o pensamento baseado no contra estereotipo flexibiliza o pensamento e pode ser benéfico para além da mera de redução de preconceito (Gocłowska, Crisp & Labuchagne, 2013).

Cameron, Rutland e Brown (2005) utilizaram esta técnica com setenta e uma crianças de seis a nove anos de idade. As crianças participaram de uma tarefa de categorização que tinha o objetivo de desconstruir os estereótipos de pessoas com incapacidades físicas e mentais. Apresentou-se as crianças fotografias de pessoas que eram descritas como deficientes e não deficientes, refugiados e inglesas. As pessoas nas imagens variam ao longo de várias dimensões de estereótipo, como felizes ou tristes. As crianças tinham que separar as imagens em duas pilhas, pessoas com deficiência e sem deficiência e em seguida em mais duas pilhas: felizes e tristes. Criando assim quatro pilhas de imagens, felizes não deficientes e deficientes e tristes não deficientes e deficientes. Nesse estudo, as participantes que foram submetidas a abordagem do contra estereótipo, não se diferenciaram das do grupo controle quanto a uma percepção mais positiva das crianças deficientes. É importante destacar que nesse estudo Cameron e cols. (2005) analisaram em oposição a abordagem multicultural. Para os autores a abordagem multicultural foi mais eficiente na redução de atitudes negativas em relação as pessoas deficientes.

Gocłowska, Crisp e Labuchagne (2013) investigaram a importância do pensamento contra estereotípico na produção de flexibilidade mental. Os autores se fundamentaram em estudos que demonstraram que é possível produzir configurações de pensamento fora do padrão através da produção de contra-estereótipos, essa flexibilidade mental se generalizaria para outras tarefas não relacionadas ao estereótipo. Em seu estudo os autores propuseram uma tarefa de formação de impressão, na qual os participantes teriam que produzir contra estereótipos de grupos sociais. Assim, pediu-se aos participantes para pensarem numa pessoa de uma categoria social e numa combinação de estereótipo e contra estereótipo da categoria. Para os autores esse procedimento força os participantes a abandonarem pensamentos estereotípicos por uma impressão mais individual da pessoa. Para analisar a flexibilidade mental os autores usaram uma tarefa denominada de “Plágio Inadvertido”, que consiste na tendência inconsciente das pessoas a ficarem influenciadas por uma informação recente, ou seja, quando buscam soluções ou geram ideias, procuram em suas memórias a melhor ideia que se ajusta a solução e utilizam essa ideia como base para solução de novos problemas ou geração de ideia. De modo

que quanto mais as ideias geradas e as soluções propostas se distanciam do conhecimento recentemente ativado maior é a flexibilidade cognitiva. Os autores testam a hipótese de que pessoas que realizam a tarefa de pensamento contra estereotípico seriam impulsionadas a flexibilidade, expressa pela reduzida tendência a copiar a estrutura ortográfica dos exemplares dados na instrução da tarefa. Assim investigou-se sessenta e cinco estudantes do sexo feminino com média de idade de 21 anos. As participantes foram divididas em dois grupos: contra estereótipo, deveriam produzir adjetivos para descrever uma mulher mecânica; e o grupo estereótipo deveriam produzir adjetivos para descrever um homem mecânico. Em seguida os participantes completaram a tarefa de flexibilidade cognitiva. Os resultados indicaram que o pensamento contra estereotípico aumentou a flexibilidade cognitiva pela menor dependência do conhecimento disponível nas instruções da tarefa. As participantes que analisaram pessoas cuja pertença foi inconsistente com a expectativa estereotípica foram mais flexíveis. Elas confiaram menos nos esquemas dados nas instruções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou reunir as principais técnicas de combate ao preconceito racial disponíveis na literatura através das teorias criadas pelos principais pesquisadores do tema preconceito na psicologia social. As teorias citadas servem como embasamento de práticas de intervenção em diversos contextos da sociedade, a exemplo de organizações de trabalho e a instituição escolar.

Agrupar tais teorias em um só manuscrito poderá servir como instrumento de pesquisa para profissionais que queiram refletir sobre as práticas intervencionistas, assim como pessoas que trabalham em contextos de múltiplos grupos nos quais conflitos de relacionamentos baseados em preconceitos podem emergir, como a sala de aula e ambientes corporativos. Dessa forma, o presente estudo apresentou estratégias diversas, a partir de diferentes abordagens com esse direcionamento. As técnicas e estratégias aqui apresentadas são possíveis de serem adaptadas e recriadas conforme os recursos e o tipo de preconceito que se pretende reduzir.

Os estudos baseados em intervenções são menos realizados do que aqueles que visam o teste de teorias, esse fato impôs certa dificuldade em encontrar estudos relativos ao testes de muitas das abordagens propostas. Ao mesmo tempo que demonstra a necessidade e importância de trazer modelos e estratégias de combate ao preconceito que possam animar estudiosos e profissionais que atuam com grupos vulneráveis a produzir práticas fundamentadas e efetivas. É notório que em alguns casos a recursividade experimental de alguns estudos, distancia os pressupostos teóricos da prática, entretanto, na descrição relativa aos testes desses estudos procuramos tornar didático seu modo de execução, assim como os resultados alcançados.

Muitos dos estudos apresentados se tratam de pesquisas consideradas históricas dentro da disciplina, realizados por pesquisadores consagrados o que confere a elas confiabilidade.

Porém, a proposta desse artigo foi a de congregar as principais teorias em um só documento, fornecendo alguns exemplos que demonstrasse a eficácia de cada técnica. Observamos que as técnicas tem graus de eficiência variados e em certas medidas elas são inter-relacionadas, como a técnica base do contato intergrupar e as especificidades desses contatos que acompanha a maioria das técnicas apresentadas a seguir. Todas essas técnicas são modos de se trabalhar o combate ao preconceito utilizando recursos TEÓRICOS testados e estabelecidos cientificamente. Fato que aumenta a chance de resultados mais efetivos.

Por fim, acredita-se que o presente artigo possa servir como embasamento teórico para práticas, pesquisas de intervenção e ainda, outras pesquisas de revisão com uma amplitude maior e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias que gerem a redução do preconceito na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABOUD, F.E. *Children and prejudice*. New York: Basil Blackwell. 1988.
- Allport, G.W. *The nature of prejudice*. Cambridge, Mass.: Addison-Wesley. 1954.
- BERRY, J. W. Design of acculturation studies. In D. L. Sam & J. W. Berry (Eds.), *Cambridge handbook of acculturation psychology* (pp. 129–141). Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press. 2006.
- BERRY, J. W., Kalin, R., & Taylor, D. M. *Multiculturalism and ethnic attitudes in Canada*. Ottawa: Supply and Services. 1977.
- BILLIG, M. Humour and hatred: The racist jokes of the Ku Klux Klan. *Discourse & Society*, 12(3), 267-289. 2001.
- BONILLA-SILVA, E. *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States* (4th ed.). Lanham, MD: Rowman & Littlefield. 2014.
- BRABO, T. S. A. M., & Costa, R. B. *Direitos Humanos, cidadania e gênero: breves reflexões para a educação*. 2010.
- BRASIL, MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. portal.inep.gov.br. 2004
- BREWER, M. B. & MILLER, M.B. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller & M.B. Brewer (Eds.) *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 281- 302). Los Angeles, CA: Academic Press. 1984.
- BROWN, R., VIVIAN, J., & HEWSTONE, M. Changing attitudes through intergroup contact: The effects of group membership salience. *European Journal of Social Psychology*, 29(56), 741-764.1999.
- CAMERON, L., RUTLAND, A., & BROWN, R. *Reducing prejudice in children-extended report*. University of Kent, Canterbury Economic & Social Research Council. 2005.

- CAMINO, L., SILVA, P. D., MACHADO, A., & PEREIRA, C. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1(1), 13-36. 2001.
- CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto. 2005.
- CLARK, K. B., & CLARK, M. P. Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb & E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (pp. 169-178). New York. 1947.
- DOUGLAS, K. M., SÁENZ, R. & MURGA, A. L. Immigration in the Era of Color-Blind Racism. *American Behavioral Scientist*, 59 (11), 1429–1451. 2015.
- DUCKITT, J. Psychology and prejudice - a historical analysis and integrative framework *American Psychologist*. 47. 1182-1193. 1992.
- ESSES, V. M., JACKSON, L. M., DOVIDIO, J. F., & HODSON, G. Instrumental relations among groups: Group competition, conflict, and prejudice. On the nature of prejudice: Fifty years after Allport, 227-243. Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. V. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo. 2005.
- FRANÇA, D. X. D., & MONTEIRO, M. B. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *Psicologia*, 16(2), 293-323. 2002
- GAEHTNER, S.L & DOVIDIO, J. F. *Reducing intergroup bias: the common ingroup identity model*. Philadelphia, PA: Psychology Press. 2000.
- GAERTNER, S. L., DOVIDIO, J. F., ANASTASIO, P. A., BACHMAN, B. A., & RUST, M. C. The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European review of social psychology*, 4(1), 1-26. 1993.
- GAERTNER, S. L., MANN, J., MURRELL, A., & DOVIDIO, J. F. (1989). Reducing intergroup bias: The benefits of recategorization. *Journal of personality and social psychology*, 57(2), 239.
- GAERTNER, S. L., & DOVIDIO, J. F. (2005). Categorization, Recategorization, and Intergroup Bias. In John F. Dovidio, Peter Glick, and Laurie A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice – Fifty Years after Allport* (pp. 71-88). Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd.
- GOŁOWSKA, M. A., CRISP, R. J., & LABUSCHAGNE, K. (2013). Can counter-stereotypes boost flexible thinking?. *Group Processes & Intergroup Relations*, 16(2), 217-231.
- GONZÁLEZ, R., MANZI, J., SAIZ, H., BREWER, M., TEZANOS-PINTO, P., TORRES, D., ARAVENA, M. T., & ALDUNATE, N. (2008). Interparty attitudes in Chile: Coalitions as superordinate social identities. *Political Psychology*, 29, 93–118.
- GONZÁLEZ, R., & BROWN, R. (2006). Dual identities in intergroup contact: Group status and size moderate the generalization of positive attitude change. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42(6), 753-767. Hugles, Smith, Stevenson, Rodriguez, Johnson & Spicer, 2006
- HUNTER, J. E. (1973), "Methods of Reordering the Correlation Matrix to Facilitate Visual Inspection and Preliminary Cluster Analysis," *Journal of Educational Measurement*, 10 (Spring), IBGE/ 2018.
- LEWIS, A. E. (2004). What group?" Studying whites and whiteness in the era of "color-blindness. *Sociological theory*, 22(4), 623-646. Lima, M. E. & Vala, J. (2004). *As novas formas de expressão do preconceito e do racismo*. Estudos de Psicologia, 9. P.401-411.

- LIMA, M. E. O. (2013). Preconceito. In: L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília, DF: Technopolitik.
- LIMA, M.E.O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas Sociais e Preconceito: O Impacto da Igualdade e da Competição no Preconceito Automático Contra os Negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.
- MOEHLECKE, S. (2002). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 117(11), 197-217.
- MUNANGA, K. (org). (2005). *Superando o Racismo na Escola*. 2. Ed. Ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade.
- MONTEIRO, M. B. (2006). Conflito e negociação entre grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social (7ª Ed.)*, 411-450. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OAKES, P.J., HASLAM, S.A. & TURNER, J.C. (1994). *Stereotyping and Social reality*. Massachusetts:Blackwell.
- PEREIRA M.E. (2008), Os estereótipos e a psicologia social. <https://estereotipos.net/2008/07/05/definicao-de-estereotipos>.
- PEREIRA, M. E., MODESTO, J. G., & MATOS, M. D. (2013). Em direção a uma nova definição de estereótipos: teste empírico do modelo num primeiro cenário experimental/Toward a new definition of stereotypes: empirical test of the model in a first experimental scenario. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 201-220.
- PETTIGREW, T., TROPP, L. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, 751-783.
- PETTIGREW, T., TROPP, L. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38, 922-934.
- TROPP, L., MAZZIOTTA, A., & WHITE, S. C. (2018). Recent developments in intergroup contact relations: Affective process, group status, and contact valence. In F. K. Barlow and G. C. Sibley (eds.). *The psychology of prejudice*. Cambridge University Press.
- PETTIGREW, T. F., TROPP, L. R., WAGNER, U., & CHRIST, O. (2011). Recent advances in intergroup contact theory. *International journal of intercultural relations*, 35(3), 271-280.
- REBELO, M. (2006). Estudos em branco e negro: modelos de redução do preconceito inter-étnico na infância.
- RUTLAND, A., CAMERON, L., BENNETT, L., & FERRELL, J. (2005). Interracial contact and racial constancy: A multi-site study of racial intergroup bias in 3–5 year old Anglo-British children. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 26(6), 699-713.
- SANTOS, E. F; PINTO, E. A. T.; CHIRINÉA, A. M. (2018). A lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: Relações e embates. *Educação & Realidade*, 43(3), 949-967.
- SHERIF, M., (1958). Superordinate goals in the reduction of intergroup conflicts. *American Journal of Sociology*, 63, 349-356.
- SHERIF, M., HARVEY, O. J., WHITE, B. J., HOOD, W. R., & SHERIF, C. W. (1961). Intergroup cooperation and competition: The Robbers Cave experiment.
- SHERIF, M., & SHERIF, C. W. (1967). Group processes and collective interaction in delinquent activities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 4(1), 43-62.
- SHERIF, M. (1958). Superordinate goals in the reduction of intergroup conflict. *American journal of Sociology*, 63(4), 349-356.

SILVA, T. R. e DIAS, A. A. (2013). O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, 21 (1), p.72-92.

SILVA, D. J., LIBÓRIO, R. M. C. (2005). Valores, preconceito e práticas educativas. *Casa do Psicólogo*.

SILVA, L.F.M (2008). Políticas de ação afirmativas para negros no Brasil: Considerações sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico nacional e internacional. *Estudos em filosofia, raça, gênero*. publicações.uniceub.br.

SOARES, S.S.D. (2000). O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* ISSN 1415-4765.

SOUZA, I. S. (2005). Trabalhando com o preconceito na sala de aula. Em D. J. Silva & R. M. C. Libório, (2005). Valores, preconceito e práticas educativas. *Casa do Psicólogo*.

THEODORO, M. L. (2007). Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. *Inclusão Social*. Unisc. Brasília.

VALA, J., LOPES, D., & BRITO, R. (1999). A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. *Novos racismos: perspectivas comparativas*, 145-179.

VERKUYTEN, M. (2005). Ethnic group identification and group evaluation among minority and majority groups: Testing the multiculturalism hypothesis. *Journal of personality and social psychology*, 88(1), 121.

VERKUYTEN, M. (2006). Multicultural recognition and ethnic minority rights: A social identity perspective. *European review of social psychology*, 1